RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 549 - FONE: (014) 267-1161 - BOREBI - SP C.G.C. 54.724.802/0001-73 "TRABALHANDO PARA O POVO"

030

L E I N. 9 9

DISPOE SOBRE A COMPOSIÇAO, ORGANIZAÇAO E COMPETENCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE - CMS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEILA AYUB VACA, Prefeita do Município de Borebi, Estado de Sao Paulo, usando das atribuiçoes que lhe sao conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Camara Municipal de Borebi, em sessao extraordinária realizada no dia 11 de Agosto de 1.997, APROVOU e ela SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Artigo 1. Fica criado nos termos do artigo 221 da Constituição do Estado de São Paulo, com observancia das normas gerais emanadas da União, em caráter permanente e com natureza deliberativa, o CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE - CMS, instancia colegiada do Sistema Unico de Saúde - SUS/SP, que se vinculará à Coordenadoria Municipal de Saúde de Borebi.

Parágrafo Unico - O orgao a que alude o "caput" integrado por representantes do Poder Público, de Profissionais da Saúde e de Usuários; respeitando-se a composição paritária, distribuída de forma a assegurar que 50% (cinquenta por cento) dos membros sejam representantes dos usuários e 50% (cinquenta por cento) dos membros sejam representantes dos segmentos do Poder Público Profissionais da Area de Saúde.



RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 549 - FONE: (014) 267-1161 - BOREBI - SP C.G.C. 54.724.802/0001-73 "TRABALHANDO PARA O POVO"

Artigo 2. Compete ao Conselho:

I. Propor medidas que visem:

- a) à formulação e o controle da política municipal de saúde;
- b) o aperfeiçoamento de organização e do funcionamento do Sistema Unico de Saúde SUS.
- II. Estabelecer diretrizes para elaboração dos Planos de Saúde, adequado à realidade epidemológica e de organização de serviços, no ambito do Município;
- III. Examinar e encaminhar às autoridades competentes, quando for o caso, propostas, denúncias e queixas de qualquer pessoa ou entidade, sobre assuntos relativos a açoes e serviços de saúde;
- IV. Acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das açoes e serviços de saúde no ambito municipal;
- V. Propor a convocação da Conferencia Municipal de Saúde e constituir a sua Comissão Organizadora;
 - VI. Elaborar seu Regimento;
- VII. Atuar na elaboração da política de saúde, inclusive no controle e acompanhamento da execução orçamentária e da movimentação de transferencias de recursos financeiros entre as esferas federal, estadual e municipal do SUS.
- Artigo 3. O Conselho, no exercício de suas atribuiçoes, receberá da Prefeitura Municipal o necessário suporte administrativo, operacional e financeiro, devendo contar ainda com o apoio de servidores da área de saúde.



032

RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 549 - FONE: (014) 267-1161 - BOREBI - SP C.G.C. 54.724.802/0001-73 *TRABALHANDO PARA O POVO*

- Artigo 4. O Conselho Municipal de Saúde será composto pelo Coordenador de Saúde do Município como membro nato e Presidente e de 3 (tres) membros e respectivos suplentes, indicados conforme os critérios seguintes:
 - I. 1 (um) representante dos Profissionais de Saúde;
 - II. 1 (um) representante dos Usuários;
- III. 1 (um) representante dos portadores de deficiencias ou portadores de patologias.
- Parágrafo 1.- A indicação dos representantes a que se refere os incisos, será efetuada pelas respectivas entidades e ou em reunioes previamente convocadas.
- Parágrafo 2.- O Coordenador de Saúde terá direito a voz e também a voto de qualidade, que será exercido apenas em caso de empate em duas votaçoes sucessivas.
- Artigo 5. Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes serao designados pelo Executivo Municipal, em observancia ao artigo precedente.
- Artigo 6. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.
- Artigo 7. As funçoes dos membros do Conselho nao serao remuneradas, a qualquer título, considerando-se, porém, serviço relevante para todos os fins.
- Artigo 8. O Executivo Municipal instalará o Conselho no prazo máximo de 10 (dez) dias após a designação dos Conselheiros.



"TRABALHANDO PARA O POVO"

Artigo 9. O Regimento interno deverá ser elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias após a instalação do Conselho.

Artigo 10. As despesas resultantes da aplicação desta Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

Artigo 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Artigo 12. Esta Lei entrará em vigor na data da publicaçao, revogadas as disposiçoes em contrário.

Prefeitura do Município de Borebi, 15 de Agosto de 1.997.

LEILA AYUB VACA

Prefeita Municipal

Publicada na Diretoria dos Serviços Administrativos em 15 de Agosto de 1.997.

ROBERTO SANTINO SASSO Diretor Administrativo